



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 26 de Janeiro de 2023  
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XVII

Nº 2515



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1914, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.

*"Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar convênio com o Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva, na forma que especifica."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com o Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 01.387.626/0001-65, com a finalidade de viabilizar o repasse de recursos financeiros para atendimento às crianças e às adolescentes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e suas respectivas famílias.

**Parágrafo único.** A forma de repasse e demais condições serão estabelecidas em convênio, observado o valor global de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento vigente: 02.02.41.00.08.244.4015.2.360.33.50.41.00.00.1500 – Ficha: 492; Fonte 1500 co 1002.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 24 de janeiro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1915, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.

*"Dispõe sobre a criação do cargo de provimento efetivo de Fiscal Ambiental, na forma que especifica."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado o cargo de provimento efetivo de Fiscal Ambiental no âmbito do quadro geral de servidores do Poder Executivo Municipal, com vencimentos, atribuições, carga horária, escolaridade, qualificação mínima e número de vagas especificados no Anexo desta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 24 de janeiro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município

ANEXO

TÍTULO DO CARGO:	GRUPO:	CATEGORIA:	CARGA HORÁRIA:	VAGAS:									
Fiscal Ambiental	III	BIII	40 H	01									
ESCOLARIDADE EXIGIDA:													
Ensino Médio Completo													
ATRIBUIÇÕES DO CARGO:													
1- Fiscalizar o cumprimento das leis e dos demais atos normativos municipais relacionados ao meio ambiente;													
2- Adotar todas as providências decorrentes da violação das normas municipais de proteção ao meio ambiente;													
3- Embargar construções e interditar eventos, estabelecimentos e atividades quando constatados o descumprimento de normas ambientais ou o iminente risco à população, observada a necessidade de lavratura prévia do auto respectivo, podendo realizar, ainda, a apreensão de produtos e instrumentos;													
4- Emitir notificações, aplicar penalidade de multa e cientificar formalmente o infrator;													
5- Requisitar o auxílio de força pública e ordem judicial, desde que indispensáveis à realização de diligências ou inspeções;													
6- Auxiliar na elaboração do relatório geral de fiscalização ambiental;													
7- Realizar avaliações e estimativas, certificando fatos;													
8- Manter registro das vistorias realizadas e das irregularidades encontradas por meio da elaboração de relatórios periódicos de atividades;													
9- Efetuar vistoria prévia para a avaliação de questões ambientais indispensáveis ao deferimento de inscrição municipal e à expedição de alvarás;													
10- Inspeccionar, de acordo com a legislação ambiental em vigor, todas as empresas e comércios com risco de poluição e/ou degradação ambiental;													
11- Fiscalizar e atender todas as reclamações de poluição, seja visual e/ou sonora, atmosférica, do solo e das águas;													
12- Emitir laudos de vistoria e pareceres acerca de assuntos ambientais;													
13- Realizar medições necessárias à aferição dos níveis de ruídos nos termos da lei municipal;													
14- Fiscalizar a ocorrência de degradação ambiental em Área de Preservação Permanente – APP;													
15- Fiscalizar as empresas terceirizadas que prestam serviços públicos para o Município;													
16- Acompanhar o analista ou engenheiro ambiental nas inspeções e vistorias realizadas em sua área de competência e atuação;													
17- Fiscalizar as atividades de poda e supressão de árvores;													
18- Desempenhar atividades afins que vierem a ser previstas em regulamentos específicos da classe;													
19- Executar atividades correlatas a critério de seu superior hierárquico.													
e													
QUALIFICAÇÃO MÍNIMA:													
Possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH nas categorias A e B;													
FISCAL AMBIENTAL													
CATEGORIA	ESCOLARIDADE	BIII-01	BIII-02	BIII-03	BIII-04	BIII-05	BIII-06	BIII-07	BIII-08	BIII-09	BIII-10	BIII-11	BIII-12
BIII	ENSINO MÉDIO	1.440,23	1.483,43	1.527,94	1.573,78	1.629,63	1.669,71	1.771,32	1.824,45	1.879,19	1.935,56	1.993,62	
	ESCOLARIDADE	BGIII-01	BGIII-02	BGIII-03	BGIII-04	BGIII-05	BGIII-06	BGIII-07	BGIII-08	BGIII-09	BGIII-10	BGIII-11	BGIII-12
BGIII	ENSINO MÉDIO + GRADUAÇÃO	1.584,26	1.631,77	1.681,73	1.733,08	1.781,63	1.839,69	1.948,44	2.006,90	2.067,09	2.129,11	2.192,99	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1916, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.

*"Autoriza a abertura de crédito especial por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial no exercício 2022, na forma que especifica e dá outras providências."*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 2.164.000,00 (dois milhões, cento e sessenta e quatro mil reais), visando à criação de dotações orçamentárias conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	25 - Secretaria Municipal de Educação
Subunidade	03 - Departamento Educação
Função	12 - Educação
Subfunção	361 - Ensino Fundamental
Programa	4010 - Educação Básica com Qualidade para Todos
Projeto/Atividades	1.150 - Aquisição de Móveis e Equipamentos para Educação Básica
Elemento	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente Fonte de Recursos: 2.571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação Valor: R\$ 545.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	60 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais
Subunidade	03 - Departamento de Obras
Função	27 - Desporto e Lazer
Subfunção	812 - Desporto Comunitário
Programa	4075 - Desporto e Lazer para Desenvolver Cidadão
Projeto/Atividades	1.264 - Construção e reforma de Quadras Poliesportivas

Elemento	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações Fonte de Recursos: 2.571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação Valor: R\$ 1.619.000,00
----------	--

**Art. 2º** Para cobertura do crédito adicional de natureza Especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 2.571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação;

II - Total Geral: R\$ 2.164.000,00 (dois milhões, cento e sessenta e quatro mil reais).

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 24 de janeiro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1917, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.**

*“Concede revisão geral anual aos vencimentos dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Município de Monte Carmelo-MG.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder revisão geral anual a partir do dia 1º de janeiro de 2023, conforme parte final do inciso X do art. 37 da Constituição Federal e art. 112 da Lei Orgânica Municipal, no percentual de 5,79% (cinco vírgula setenta e nove por cento):

I - sobre os vencimentos e subsídios dos servidores públicos municipais efetivos e comissionados da Administração Direta e Indireta;

II - sobre o valor instituído no contrato dos servidores públicos municipais temporários, admitidos com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal, extensivo aos proventos dos aposentados e às pensões, em atendimento ao art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

**§ 1º** Para efeitos desta Lei, entende-se por vencimento a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor estabelecido em lei, nunca inferior a 01 (um) salário mínimo fixado pelo Governo Federal, reajustado de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, sendo vedada a sua vinculação, conforme o disposto no inciso XIII do art. 37 da Constituição Federal e no art. 83 da Lei Complementar nº 08, de 09 de dezembro de 2005.

**§ 2º** Entende-se por subsídio o valor fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI, da Constituição Federal de 1988.

**Art. 2º** O percentual estabelecido no *caput* do art. 1º incidirá sobre os vencimentos dos profissionais do quadro do magistério público municipal.

**Art. 3º** O vencimento dos servidores públicos municipais com remuneração global inferior ao salário mínimo vigente do País será reajustado de acordo com o índice divulgado pelo Governo Federal.

**Art. 4º** O piso salarial dos cargos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias – ACE no âmbito do Município de Monte Carmelo será equivalente a 02 (dois) salários mínimos, conforme previsão da Emenda Constitucional nº 120/2022.

**Art. 5º** As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações próprias do orçamento, ficando o Chefe do Executivo autorizado a suplementá-las se necessário for.

**Art. 6º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de janeiro de 2023.

Monte Carmelo, 24 de janeiro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1918, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.**

*“Altera as quantidades de vagas dos cargos de provimento comissionado das espécies/níveis DAD-02, DAD-05 e DAD-06, previstas no Anexo I da Lei nº 1340, de 05 de janeiro de 2017, na forma que especifica, e revoga a Lei nº 1876, de 01 de novembro de 2022.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** As quantidades de vagas dos cargos de provimento comissionado das espécies/níveis DAD-02, DAD-05 e DAD-06, previstas no Anexo I da Lei nº 1340, de 05 de janeiro de 2017, com redação dada pelas Leis nº 1657, de 30 de dezembro de 2020, nº 1678, de 16 de março de 2021, e nº 1876, de 01 de novembro de 2022, ficam alteradas para 28 (vinte e oito), 16 (dezesesseis), e 08 (oito), respectivamente.

**Art. 2º** Revoga-se a Lei nº 1876, de 01 de novembro de 2022.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de janeiro de 2023.

Monte Carmelo/MG, 24 de janeiro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1919, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.**

*“Dispõe sobre a alteração do número de vagas do cargo de Supervisor(a) Escolar e revoga a Lei nº 1778, de 01 de fevereiro de 2022.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** O número de vagas do cargo de provimento efetivo de Supervisor(a) Escolar, previsto na Lei nº 1548, de 23 de agosto de 2019, modificado pela Lei nº 1778, de 01 de fevereiro de 2022, fica alterado para 10 (dez), mantidas a carga horária semanal, a forma de pagamento, o valor do vencimento e a escolaridade exigida.

**Art. 2º** Revoga-se a Lei nº 1778, de 01 de fevereiro de 2022.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 24 de janeiro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**LEI Nº 1920, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.**

*“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar convênio com a Associação de Deficientes de Monte Carmelo – ADEMC, na forma que especifica.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com a Associação de Deficientes de Monte Carmelo –

ADEMC, inscrita no CNPJ nº 22.229.389/0001-84, com sede na Rua Peru, nº 81, Bairro Trevo, nesta Cidade de Monte Carmelo/MG, CEP: nº 38.500-000, com a finalidade de viabilizar o repasse de recursos financeiros destinados ao transporte dos alunos com deficiência física ou inabilitados, em veículos apropriados.

**Art. 2º** O convênio observará o valor global de R\$ 63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais), e o pagamento será efetivado em 11 (onze) parcelas mensais no valor de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).

**Art. 3º** Para atender as despesas decorrentes desta Lei, será utilizada a seguinte dotação, consignada no orçamento vigente: 02.02.25.93.12.361.40.10.00.2.252.3.3.50.43.00.00.1500. 000.1001 – Ficha 363, Fonte 1500 co 1001.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 24 de janeiro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1921, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.**



*“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar convênio com a Associação de Deficientes de Monte Carmelo – ADEMC, na forma que especifica.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar convênio com a Associação de Deficientes de Monte Carmelo – ADEMC, inscrita no CNPJ nº 22.229.389/0001-84, com sede na Rua Peru, nº 81, Bairro Trevo, nesta Cidade de Monte Carmelo/MG, CEP: nº 38.500-000, com a finalidade de viabilizar o repasse de recursos financeiros destinados ao transporte dos pacientes com deficiência física ou inabilitados, em veículos apropriados.

**Art. 2º** O convênio observará o valor global de R\$ 63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais), e o pagamento será efetivado em 11 (onze) parcelas mensais no valor de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).

**Art. 3º** Para atender as despesas decorrentes desta Lei, será utilizada a seguinte dotação, consignada no orçamento vigente: 02.04.36.03.10.302.4005.00.2.253.3.3.50.43.00.00.1500.000. 1002 – Ficha: 919, Fonte: 1500 co 1002.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 24 de janeiro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**LEI Nº 1922, DE 24 DE JANEIRO DE 2023.**



*“Concede revisão dos vencimentos dos servidores públicos do Legislativo Municipal.”*

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica concedido aos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal, a revisão dos vencimentos, no percentual de 6% (seis por cento) em conformidade com o artigo 37, X, da Constituição Federal, a vigorar partir de 1º de janeiro de 2023.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de

dotação própria consignada no orçamento vigente.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 24 de janeiro de 2023.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO. T.P 05/2022. 2º T.A ao Contrato: 155/2022. Contratada:** Falk Construtora Ltda, CNPJ: 01.901.632/0001-99. **Objeto:** Refere-se à Contratação de Empresa Especializada em Engenharia, para a Execução de Obras de Recapeamento Asfáltico em (CBUQ), em Diversas Ruas e Avenidas no Município de Monte Carmelo – MG. A serem Pagas com Recursos de Financiamento através do FINISA - Caixa Econômica Federal. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo de Serviços Item 1.3: Obras Viárias, no Contrato nº 155/2022; sendo o acréscimo de 21,6615%, sendo o valor do acréscimo de R\$ 690.986,64. **CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Monte Carmelo, 16 de janeiro de 2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 06/2023 NA FORMA: PRESENCIAL.** A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 07 de fevereiro de 2023, às 09:00 horas no setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel, nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, o Pregão Presencial nº 06/2023, tipo menor preço por item. Objeto: Refere-se à Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Limpeza de Pisos, Paredes, Azulejos, Rejuntes, Vidros, Vidraças, Aplicação de Selador e Rezina, Visando a Limpeza e Manutenção dos Prédios Públicos e Praças do Município de Monte Carmelo – MG. Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail [licitacao@montecarmelo.mg.gov.br](mailto:licitacao@montecarmelo.mg.gov.br). O edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br), ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 25 de janeiro de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.

## EXPEDIENTE

### DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)